

## COMENTÁRIO BREVE A GUACIRA LOURO

*Cristina Rocha*

Transgressão de fronteiras, de categorias, perturbação, desafios, desestabilização, instabilidade, transição, conflitos identitários, mobilidade, precariedade, incertezas são vocábulos que sustentam na conferência de Guacira Louro a abordagem da feminilidade e da masculinidade, tal como as percebemos nos nossos dias. Tal incerteza vai-se instalando em nós como um mal-estar acerca do sentir e do pensar as questões do sexo e do género, a que se associa inevitavelmente, sobretudo para quem tem a educação como “dever de ofício”, um mal-estar relativo ao agir, sendo que, — como referiu Guacira, como educadoras e educadores, somos muito pouco afeitas e afeitos à ambiguidade e à imprecisão.

Ao reflectir sobre o conteúdo desta conferência, não pude deixar de pensar nas palavras de Karl Polanyi, segundo o qual o século XX pode ser pensado como um dos séculos mais curtos da história da humanidade, — por oposição aos séculos anteriores que foram séculos de sedimentação — denotando, entre outros, sintomas de esgotamento das categorias de pensamento, sentimentos de incerteza dos sujeitos e dos grupos sociais, por essa razão se adivinhando nele tanto transgressões como fundamentalismos.

O tempo em que vivemos, e o que se adivinha, aparecem sob o signo da precariedade das certezas, tendo no seu epicentro, quando estão em cena as questões de sexo e género, uma “interpelação total”, porque envolve a nossa identidade de sujeitos — a imagem e o sentimento a respeito de nós e dos outros e, a razão — a nossa capacidade de explicar, de interpretar, de compreender o real, e a acção em todas as suas dimensões; cultural, cívica, política, pedagógica, etc.

Angústia, tensão, incerteza, perplexidade, dúvida fazem parte da ordem do conhecimento, alimentam-no; fazem parte do nosso acervo de sentimentos e da nossa atitude mental enquanto investigadores e investigadoras na área das ciências sociais e humanas. Mas, a perturbação, introduzida no esforço da reconceptualização dos lugares naturais e familiares do género, que nos confronta irremediavelmente com a nossa condição inextricável de sujeitos e objectos do conhecimento, introduz uma perturbação numa ordem mais profunda, da qual não saímos incólumes. Neste campo, apesar dos necessários esforços de objectivação epistemológica, não se trata nunca só dos outros, trata-se irremediavelmente também de nós próprios/as, os e as investigadoras, que somos, antes de mais, seres humanos e, por essa razão, seres sexualmente dicotómicos e socialmente genderizados.

Sabemos, nomeadamente a partir do contributo de Norbert Elias, que o modo de pensar a realidade não existe independentemente da estrutura psico-afectiva da humanidade, sendo ambos relativos a determinados tempos e lugares; ora o jogo das oposições binárias onde se inscreve inevitavelmente o (re)conhecimento da identidade sexual e de género, e que tem como ancoradouro seguro a natureza e a mixidade das duas formas sexuadas, sob as quais se apresenta anatomicamente o ser humano, constituíram-se enquanto dados, em princípios de visão e divisão

estruturantes (Bourdieu, 1999), sobre os quais se erigiram durante séculos, séculos mais longos do que o nosso, modelos culturais, conceptuais e emocionais que se afirmavam plausíveis com a natureza, ou que retiravam a sua plausibilidade da interpretação daquela correspondência.

No entanto, como sabemos, as construções sociais não se edificam a partir do nada e, neste caso, o ponto de partida de todo o trabalho simbólico é sempre a figura humana, sendo que esta é dada na sua evidência natural como um par.

No entanto, mais uma vez, sabemos que tudo o que é humano releva também da arte, e que “as sociedades cultivam a diferença dos sexos e dos géneros como se cultivam plantas e flores fazendo variar maneira e estilo” (Agacinski, 1999: 13). Dito de outra maneira, tudo o que é humano releva necessariamente da cultura, sendo esta por definição, uma acção sobre a natureza, seja para a recriar — sob formas que, no limite hipercultivam as diferenças naturais inscrevendo-as, por vezes, dolorosamente no corpo, seja para a mascarar sob formas que a confundem e neutralizam.

Ora, se tudo o que se refere aos sexos é inextrincavelmente natural, cultural, psíquico, político, económico, mítico... etc., impossível de captar em si, na sua natureza, ou seja, isolado das formas históricas reais e concretas com que se dá à incorporação, ao conhecimento e à acção, se tudo o que é humano releva da cultura, dizíamos, sendo aquela uma produção humana, dispomos apenas (como refere Agacinski), de versões arbitrarias de uma diferença que tem por base uma estrutura biológica dual, arbitrariedade que se inscreve e se escreve segundo versões que são inevitavelmente sociohistoricas na sua essência, sem termos nunca acesso à versão original, porque ela, simplesmente, não existe.

Sabemos também quanto as versões arbitrarias da diferença — teóricas, mitológicas, institucionais, formas de relação, etc. — sustentaram teorias da diferença e sistemas de desigualdade igualmente arbitrários, com expressão em várias esferas (política, económica, artística etc.) construídos, entre outros, sobre uma concepção do feminino como um masculino imperfeito e sobre a hegemonia da concepção heterossexual da sexualidade. Ora, como nos referiu Guacira invocando a teoria *queer*, “olhar para os processos que produzem a diferença vai muito além de contemplar a pluralidade da sociedade; significa prestar atenção para o jogo político implicado na feitura das diferenças”, sendo a feitura das diferenças produzida segundo uma lógica que as converte em desigualdades — supondo estas hierarquia, subordinação, legitimidade e ilegitimidade — que se torna problemática.

É então da desconstrução de arbitrários, construídos ao longo dos tempos e dos lugares que se trata, obrigando-a a produzir um trabalho histórico de historização dos factos, que atente contra o que Bourdieu (1999) designa por “trabalho histórico de deshistorização”. Este trabalho, que converte os produtos da história em essência, neutralizando-os e objectivando-os “como coisa”, como nos lembra Durkheim, permite a perpetuação de ordens determinadas. Esta perpetuação, nomeadamente da ordem de género, uma dimensão inconsciente significativa, implica a articulação das estruturas objectivas com as da subjectividade e envolve necessariamente a construção de uma reciprocidade de géneros.

Assim sendo, e para finalizar, este trabalho histórico de historização, não se

pode esgotar nas formas de pensar o sexo e o género no passado, mas abrange necessariamente uma interrogação relativa às formas que assumem as feminilidades e as masculinidades no presente e no futuro, e que, tal como as do passado, não são passíveis de ser inteligíveis na independência de condições objectivas e subjectivas determinadas, increvendo-se necessariamente na ordem das coisas, na ordem do pensamento e na ordem do corpo, ainda que segundo multiplicidades e precariedades acrescidas como a presente conferência *reflectiu*.

### Referências bibliográficas

- Agacinski, Sylviane (1999), *Política dos Sexos*, Oeiras, Celta.  
 Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta.  
 Durkheim, Émile (1980), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.  
 Elias, Norbert (1989), *O Processo Civilizacional* (1.º Volume), Lisboa, Publicações Dom Quixote.  
 Fortuna, Carlos (1991), “Nem Cila nem Caribdis: somos todos translocais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32.

Cristina Rocha, licenciada em Sociologia e Doutorada em Ciências da Educação, é Professora Auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Elaborou a sua dissertação de Mestrado sobre o ensino secundário liceal feminino (público e privado) no Porto, nos anos 30, e a sua dissertação de Doutoramento sobre a construção da profissão farmacêutica em Portugal, dando particular relevo ao processo de feminização da profissão (em publicação).